



Estado do Pará
Câmara Municipal de Belém

AVULSO Nº 57 PROJETOS RECEBIDOS PELA MESA – Em 11.10.2023			
01	Prefeitura Municipal de Belém	Proc. Nº 1725/23 Mensagem nº 012/23	Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. (LOA)

1725, 11/10/2023 - 09h10

Presidente

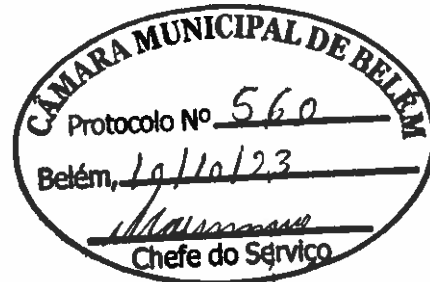
Mensagem nº 012/2023

Belém, 10 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor

Vereador John Wayne Holanda Parente

Presidente da Câmara Municipal de Belém



Senhor Presidente,

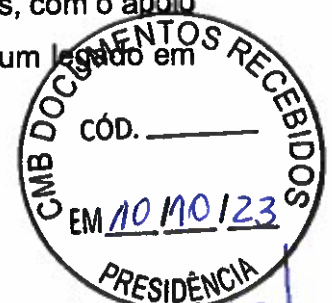
Senhoras e Senhores Vereadores,

Pelo terceiro ano consecutivo de nossa gestão, encaminhamos para apreciação dessa egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei Orçamentária Anual, que estima as receitas e fixa as despesas da municipalidade para o exercício financeiro de 2024, conforme o Artigo 105, Inciso III, da Lei Orgânica do Município de Belém e em conformidade com a Constituição Federal.

A proposta, considerando os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO nº 9923/2023) para o exercício de 2024, compreende o Orçamento Fiscal, referente aos poderes públicos e fundos municipais, órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, e o Orçamento da Seguridade Social, que reúne todos os órgãos da administração direta e indireta vinculados às áreas de saúde, assistência social e previdência social:

Como tem sido a nossa prática política, o projeto é resultante do amplo diálogo com os moradores de Belém. Por meio das plenárias do Fórum de Participação Cidadã Tá Selado, as comunidades priorizaram suas demandas ao definirem as políticas públicas e programas na elaboração do Plano Plurianual (PPA 2022-2025), que contém as bases da ação governamental.

O cenário para 2024 é de otimismo e muito trabalho. É o ano que antecede ao maior evento climático do mundo, a COP 30, a ser realizado em nossa cidade em novembro de 2025. Para isso, programamos uma série de obras, com o apoio dos governos federal e estadual, para preparar a cidade e deixar um legado em benefício da população.



Handielly Silva

Embora a redução de receitas advindas dos repasses constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) seja uma realidade, não medimos esforços em busca de compensações para mantermos em dia o cronograma de obras.

Com o aval desse parlamento municipal, conseguimos três importantes financiamentos. Primeiro, junto à Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 100 milhões, liberados ao longo deste ano de 2023, cujos recursos estão sendo empregados em obras estruturantes, como a nova Avenida Senador Lemos, Boulevard da Gastronomia, e na recuperação de nosso patrimônio histórico, em destaque o Palácio Antônio Lemos e a requalificação do Mercado de São Braz.

A reforma e requalificação do Mercado de São Brás está em pleno andamento. Constará de espaço de lazer, restaurantes, mezanino e estacionamento, mantendo os espaços de vendas de cerca de 330 permissionários que trabalham no local.

A segunda operação de crédito firmamos com o Banco do Brasil. São R\$ 200 milhões para obras de drenagem e pavimentação de vias em todos os bairros, especialmente na periferia da cidade. A primeira parcela de R\$ 169 milhões será desembolsada ainda no ano de 2023 e o restante, R\$ 31 milhões, em 2024.

A terceira operação de crédito, cujo contrato será assinado ainda em 2023, diz respeito ao programa de macrodrenagem e urbanização da área de influência do Igarapé do Mata-Fome. Um programa inicial de US\$ 75 milhões, sendo US\$60 milhões financiados pelo banco Fonplata e US\$ 15 milhões pelo tesouro municipal, começará a mudar, a partir do início de 2024 a realidade de uma parte considerável de nossa cidade.

Já licitamos a primeira etapa do BRT Centenário, que corresponde a obras na Avenida Júlio Cesar. A via é de grande importância para a mobilidade e acessibilidade urbana, pois liga dois importantes pontos de destaque para a COP 30: o aeroporto Internacional Júlio Cesar Ribeiro e o Parque da Cidade, em construção pelo governo estadual na antiga área do Aeroclube de Belém.

As obras de urbanização da Augusto Montenegro, com recursos do FGTS seguem para conclusão e garantirão drenagem profunda, calçamento, ciclovias, arborização e nova pavimentação, estruturando um corredor crucial para mobilidade em nossa cidade.

A reforma do complexo do Ver-O-Peso e de seu entorno, como as avenidas João Alfredo e Santo Antônio, vai devolver à população esse importante patrimônio histórico renovado e o corredor comercial mais emblemático do centro da cidade.

A duplicação da Avenida Bernardo Sayão já ocorre no primeiro trecho de 600 metros, que vai da Rua dos Mundurucus à Avenida Fernando Guilhon, na área do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – Promaben. Acompanham obras de micro e macrodrenagem e urbanização, que são acompanhadas pela Cofis (Comissão de Fiscalização), formada por moradores do entorno da obra. O projeto beneficia vários bairros, especialmente Cremação, Condor e Jurunas, levando dignidade aos moradores, eliminando os alagamentos, e facilitando a mobilidade e acessibilidade urbana.

A população de Belém ainda vai ganhar mais um espaço digno para morar e de lazer com a implantação do Parque Urbano São Joaquim, na área da Bacia Hidrográfica do Una. São mais de 6 hectares e quase cinco quilômetros de extensão que receberão sistema de esgotamento sanitário, drenagem pluvial, rede de abastecimento de água, mobilidade urbana e urbanização.

São obras que vão deixar a cidade muito melhor para receber os milhares de participantes da COP30, mas ficarão como legado para melhorar a qualidade de vida de quem mora e trabalha em Belém.

Senhoras e senhores vereadores

Para o exercício financeiro de 2024, a estimativa de Receita total é de R\$5.327.810.989 bilhões, compreendendo os montantes de R\$4.173.824.030

bilhões para o orçamento fiscal e de R\$1.153.986.959 bilhões ao orçamento da seguridade social, considerando o parâmetro econômico e fiscal e o desempenho da arrecadação até o mês de agosto do corrente ano. Leva-se em conta também as estimativas dos principais indicadores econômicos calculados pelo Ministério da Fazenda, especialmente, os índices de inflação medidos pelo IPCA de 3,30%.

O valor estimado para a seguridade social em 2024 não comporta a totalidade das despesas previstas dos órgãos dessa área, como as de Saúde, Assistência Social e Previdência Social, portanto, é necessária a complementação pelo orçamento fiscal na ordem de R\$986.856.900 milhões.

Para as receitas transferidas pela União, compostas por recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com base na Decisão Normativa nº 205-TCU, de 04/07/2023, que determina os coeficientes a serem utilizados para cálculo da referida receita, a previsão é da ordem de R\$830.306.925 milhões, sem o desconto constitucional de 20% para o Fundo de Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Quanto à estimativa de repasse da cota-parte do ICMS, que hoje se constitui na segunda maior receita transferida constitucionalmente ao Município, a projeção para 2024 é de R\$438.612.496 milhões, sem o desconto constitucional de 20% para o FUNDEB. Esse valor tem como base a alíquota de 8,08%, aprovada por meio do Decreto Estadual nº 3.182/2023 de 30 de junho de 2023, considerando a expectativa de arrecadação do Governo Estadual. Esse percentual apresenta uma elevação ficando acima dos 7,55% fixado em 2023, pequena elevação de 0,053% segundo informado pela Secretaria Estadual da Fazenda (Sefa).

Entretanto mesmo havendo essa pequena elevação percentual, seus valores continuam aquém dos índices fixados em anos anteriores (2022 11,07%), (2021 13,45%) e (2020 14,33%) na cota-parte do ICMS devida ao Município de Belém, sendo essa redução de recursos transferidos, um grande limitador da capacidade de investimento do Executivo municipal. A cada ano, nossa Capital perde receitas vultosas devido a uma lei injusta e promotora da desigualdade. Como consequência, espera-se uma perda de R\$66 milhões nos repasses da

cota-parte em 2024, elevando o desequilíbrio na distribuição de recursos oriundo das receitas do ICMS.

Para a previsão da Receita própria do Município, consideramos o desempenho da arrecadação dos últimos dois exercícios financeiros e da realizada até agosto deste ano, abrangendo os órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal.

Já as projeções no âmbito da Despesa, levamos em conta as variáveis correspondentes aos diversos indicadores econômicos compatíveis aos gastos, entre os quais, a variação do salário-mínimo, e o cálculo da dívida pública municipal de acordo com os contratos de financiamentos, dentre outros.

Nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, o comprometimento na Receita Corrente Líquida (RCL) para o ano de 2024 apresenta o percentual de (44,16%), demonstrando a preocupação com o equilíbrio Fiscal do Município, sem esquecer o nosso compromisso com a recuperação salário de nosso servidores municipais.

O valor consignado neste Projeto de Lei do Orçamento de 2024, no caso específico dos Precatórios Judiciais, tem como referência legal o estabelecido no § 5º, do art. 100, da Constituição Federal e nos dispositivos legais que dispõem sobre a matéria.

Ainda sobre a Despesa municipal, chamamos a atenção para o alto nível de vinculação das receitas públicas. Como exemplo, 25% obrigatoriamente para a educação, 15% destinado à saúde, 4,5% de repasse à Câmara Municipal (CMB), além das transferências fundo a fundo para assistência social e saúde, e para cobrir déficit operacional das empresas públicas.

Também há vinculação para salário educação; convênios, operações de crédito, Compensação de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE); para os fundos municipais de Meio Ambiente, da Cultura e Ver-o-Sol, assim como o repasse de 2,0% da receita corrente líquida (RCL) para atender as emendas impositivas dos vereadores aprovadas no Orçamento Anual.

Nesse contexto, considerando a obrigatoriedade constitucional da aplicação mínima na área de educação e saúde, o tesouro municipal direcionou recursos, relativos às Receitas Resultantes de Impostos-RR, de 25% para Educação e 23% à Saúde, como também garantiu a manutenção e expansão dos serviços nesses dois setores de política pública.

A Prefeitura já começou a pagar o Piso Nacional da Enfermagem aos profissionais vinculados às unidades de saúde municipais, logo após o recebimento dos valores complementares repassados pela União, em setembro, retroativo ao mês de maio. É uma grande conquista para a prestação dos serviços de saúde de Belém.

A continuação do Bora Belém está assegurada para 2024. Atualmente, o programa atende cerca de 20 mil famílias e vai continuar distribuindo renda às pessoas mais carentes de nosso município.

Senhoras e Senhores,

Os investimentos previstos para o ano de 2024 garantem a continuidade das obras em andamento, assim como aquelas consideradas estratégicas que possuem recursos assegurados, por meio de convênios e transferências com o Governo Federal e Estadual, ou passíveis de negociação junto às instituições públicas e privadas.

Ainda para o próximo ano estão previstos recursos destinados à regularização fundiária como garantia do direito à moradia em ocupações irregulares e desse modo dando mais segurança jurídica e dignidade para as pessoas beneficiadas.

O setor da cultura vai continuar a ampliar seus investimentos para a estruturação do Sistema Municipal de Cultura e para a realização de eventos culturais no município de Belém, como Carnaval, Quadra Junina, Verão e Círio, além do apoio a projetos culturais relevantes.

